

Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil

Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira

Em 9 de janeiro de 2003, recém-empossado na presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 26-A), nela inserindo a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras, incluindo “o estudo da história da África e dos africanos” nas escolas do país. Demanda antiga do movimento negro, a inclusão do ensino da história da África no currículo escolar já havia sido apresentada como projeto de lei por parlamentares como Abdias do Nascimento (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS). Uma conjunção de fatores fez com que, dessa vez, a iniciativa do deputado Ben-Hur Ferreira (PT-MS; 1999-2003) de desarquivar um projeto que já havia sido aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados chegasse a bom termo.¹ O argumento era de que um país com quase metade de sua população

Nota: Verena Alberti é pesquisadora do Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Amilcar Araujo Pereira é doutorando em História na UFF e bolsista do CNPq.

composta de “pretos e pardos”, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deveria conhecer a história do continente africano, de onde veio um enorme contingente populacional que deu origem a grande parte dos brasileiros. Com efeito, como o conhecimento da história é fundamental para a constituição de identidades, conhecer a história africana, e não apenas a européia, pode se tornar referência importante não só para alunos e alunas negros, mas também para os “brancos”, que podem repensar suas identidades ao ampliar seu conhecimento sobre as realidades africanas e afro-brasileiras.

A Lei nº 10.639 foi considerada uma vitória do movimento negro e marcou o início de uma nova luta, dessa vez por sua efetiva implementação. Em 2003 eram pouquíssimos os professores habilitados para ensinar o novo conteúdo; eram raros os cursos superiores que ofereciam a disciplina “História da África”; havia quase nenhum material didático ou paradidático sobre o assunto, e a maioria das secretarias estaduais e municipais de educação permanecia impermeável à questão. Hoje em dia, esse quadro apresenta algumas mudanças importantes, em grande parte motivadas pela ação de militantes do movimento negro, que muitas vezes atuam em órgãos do poder público, sejam eles municipais, estaduais ou federal, como é o caso da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada com *status* de ministério em 21 de março de 2003.²

O objetivo deste texto é examinar como a África aparece no movimento negro no Brasil, em especial a partir dos anos 1970, quando se inicia aquilo que alguns autores identificam como uma nova fase de atuação, diferente de manifestações anteriores, e que, por isso, tem recebido o nome de “movimento negro contemporâneo”.³ Cabe notar que a própria designação “movimento negro” ganhou visibilidade nacional a partir de julho de 1978, quando foi fundado, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU), que reunia militantes de diferentes estados e instituições, mas que, com o tempo, se transformou ele mesmo em uma entidade, perdendo sua característica aglutinadora inicial. A rigor, seria mais apropriado chamar as iniciativas e as instituições que se multiplicaram no Brasil a partir dos anos 1970 de “movimentos negros” no plural, dada sua diversidade e suas freqüentes cisões e divergências, mas não há dúvida de que todas tinham por objetivo o combate ao racismo e a luta pela melhoria de condições de vida das populações negras. Nesse contexto, a descoberta da África tinha uma função importante no processo de instrumentalização do militante, tanto porque ampliava a consciência sobre sua própria origem, como porque abria possibilidades de ação.

Para discutir os significados da África nas diferentes ações do movimento negro contemporâneo, lançaremos mão de entrevistas realizadas no contexto

da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, desenvolvida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas desde setembro de 2003.⁴

* * *

Antes de 1970, organizações voltadas para a situação do negro no país já evidenciavam certa articulação com experiências vindas da África, direta ou indiretamente. Ainda nas primeiras décadas do século XX, o jornal *O Clarim d’Alvorada*,⁵ fundado por José Correia Leite⁶ em São Paulo, abrigava uma seção intitulada “O mundo negro”, na qual eram publicados artigos traduzidos por um colaborador, Mário de Vasconcelos, que versavam, entre outros assuntos, sobre o movimento pan-africanista do jamaicano Marcus Garvey,⁷ defensor da soberania política das nações negras e do retorno dos afro-descendentes ao continente de origem.

Francisco Lucrécio, contemporâneo de José Correia Leite e fundador da Frente Negra Brasileira (FNB), organização criada em São Paulo em 1931, lembrou, em entrevista concedida a Márcio Barbosa na década de 1980, de contatos da FNB com Angola e com o movimento de Marcus Garvey. Seu depoimento, contudo, mostra que a aproximação com a África não era unanimidade nos anos 1930. A FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembra a de agremiações de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Seu estatuto, datado de 12 de outubro de 1931, prevê um “Grande Conselho” e um “Presidente”, que era “a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira”. Seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937, mantinha em destaque, no cabeçalho, a frase “Deus, Pátria, Raça e Família”. É possível que esse ultranacionalismo tenha afastado afinidades com a África, como interpreta Francisco Lucrécio passados cerca de 50 anos:

Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros.⁸

A idéia de que existe incompatibilidade entre a “afirmação como brasileiro” e o “retorno à África” aparece com frequência na discussão sobre a questão racial no Brasil, e não podemos esquecer que Francisco Lucrecio emitiu sua opinião sobre os anos 1930 informado pelo debate dos anos 1980. Muitos movimentos negros têm sido acusados, em diferentes momentos, de “importar” questões estranhas à nacionalidade brasileira, como se houvesse uma contradição entre afirmar-se como descendente de africanos e ser brasileiro.⁹ Essa tensão torna o processo de construção da identidade de negro particularmente denso, especialmente no caso de militantes do movimento.

A valorização de experiências vindas da África reaparece em fontes das décadas de 1940 e 1950. Em dezembro de 1948, o primeiro número do jornal *Quilombo*,¹⁰ fundado por Abdias do Nascimento,¹¹ dedicou quatro parágrafos ao periódico *Présence Africaine*, que “está em seu quarto número de revista mensal”, com direção do intelectual senegalês Alioune Diop (*Quilombo*, 2003: 21). A revista francesa, publicada em Paris e Dacar a partir de 1947 e tendo entre seus colaboradores escritores como André Gide, Albert Camus e Richard Wright, intermediava as informações que chegavam da África e tornou conhecidos poetas negros de língua francesa. Tratava-se de órgão importante para a difusão do movimento literário que ficou conhecido como *Négritude* e que surgiu na década de 1930, reunindo produções que valorizavam o patrimônio cultural e a perspectiva negro-africana, em contraposição à cultura ocidental. Seguindo a mesma linha, *Quilombo* publicou em janeiro de 1950 um resumo de “Orfeu negro”, como ficou conhecida a introdução de Jean Paul Sartre à antologia de poetas negros de língua francesa organizada pelo senegalês Léopold Senghor em 1948 (*Quilombo*, 2003: 64). A tradução era de Ironides Rodrigues, que também traduzia para Correia Leite os textos da *Présence Africaine*. Em maio de 1950 foi a vez do prólogo à *Antologia negra* de Blaise Cendrars, de 1921, a primeira compilação de textos da tradição oral africana, publicado na Argentina pela editora Siglo XXI, e também traduzido para *Quilombo* por Ironides Rodrigues (*Quilombo*, 2003: 102). Na mesma época, poemas de Léopold Senghor, do martinicano Aimé Césaire e do guianense Léon Damas eram declamados na Associação Cultural do Negro (ACN), criada por José Correia Leite em São Paulo, em 1954.¹²

A África que chegava a essas organizações em meados do século XX era também aquela das lutas pela libertação, que se intensificaram após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em entrevista concedida entre março de 1983 e fevereiro de 1984 ao poeta e militante Luiz Silva, conhecido como Cuti, José Correia Leite lembrou um protesto organizado pela ACN em 1958, contra a discriminação racial na África do Sul e na América do Norte, durante o qual foi sugerida a criação de um comitê de solidariedade aos povos africanos. O evento acabou le-

vando ao estabelecimento de laços com as lutas de libertação de Angola, como conta Correia Leite (1992: 175): “Creio que essa proposta deve ter chegado à África portuguesa, pois nós passamos a receber publicações do Movimento Popular de Libertação de Angola, não endereçadas à Associação, mas ao Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos.”¹³ Correia Leite resume o significado da descoberta da África para os negros brasileiros naquele momento:

1960 foi considerado o ano africano. Foi quando ocorreu o maior número de independências dos países da África negra. Toda a atenção estava voltada para esses acontecimentos. Inclusive na África portuguesa estava começando o movimento de libertação de Angola e Guiné Bissau.¹⁴ (...) Aquela movimentação deixou os negros daqui entusiasmados. A África era bem desconhecida. Parecia que estava sendo descoberta naquele momento. (Leite, 1992: 177)

Passados alguns anos, os militantes que fundaram novas organizações nos anos 1970 e 1980 também “descobriram” a África. Além dos poetas de língua francesa, que continuaram a ser lidos e discutidos, e da luta contra o *apartheid* na África do Sul, outras recorrências aparecem nos relatos dos entrevistados do projeto “História do movimento negro no Brasil”: os *Poemas de Angola*, de Agostinho Neto, fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e primeiro presidente de Angola, em 1975; o livro *Os condenados da terra*, publicado em 1961 por Frantz Fanon, médico e militante negro nascido na Martinica francesa, nas Antilhas, que atuou na guerra de independência da Argélia; os discursos de Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956; a trajetória de Samora Machel, líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e primeiro presidente do país independente, em 1975, e a história de Patrice Lumumba, líder nacionalista do Congo belga assassinado em 1961, entre outros.

Muitas vezes, essas descobertas são lembradas como cruciais para a conscientização do entrevistado e para sua opção pela militância. Djenal Nobre Cruz, por exemplo, um dos fundadores da União dos Negros de Aracaju, em 1984, afirma que, no início da década de 1970, os poemas de Agostinho Neto e as notícias sobre as lutas em Angola o levaram à questão racial, abrindo novas perspectivas, para além da atuação político-partidária, como membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB):

Eu tinha um livro de Agostinho Neto chamado *Poemas de Angola*. Li e me impressionei com os poemas, achei fantásticos.

Então, a partir daí eu disse: “Tenho que fazer uma opção de luta.” Já tinha uma opção política, mas tinha que ter uma opção de luta, tinha que focar. A partir daí comecei a descobrir essa questão racial.

Como o senhor chegou a esse livro do Agostinho Neto?

A gente já tinha uma discussão política e tinha uma opção solidária a Angola, à libertação. (...) Esse livro de Agostinho Neto circulava no meio para debate dos poemas, e comecei a ficar interessado nisso. E adorei isso. Comecei a me descobrir como negro nessa trajetória política. E aí eu disse: “Tenho que fazer uma opção. Ficar com a minha opção política, mas focar a minha luta dentro do movimento negro de Sergipe.”¹⁵

Oliveira Silveira, fundador do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1971, explica como, no início dos anos 1960, o livro *Reflexões sobre o racismo*, de Sartre, que continha o já citado “Orfeu negro”, fez com que ele despertasse para a questão racial:

A leitura desse “Orfeu negro” foi importante não só pelo texto de Sartre, mas principalmente pelos fragmentos de poesia negra que Sartre apresentava ao longo da sua análise. Foi possível conhecer ali textos de vários autores africanos ou das Antilhas, como o próprio Césaire, Senghor, Léon Damas e outros que aparecem. E isso foi realmente um impulso muito grande para a minha conscientização.¹⁶

Hélio Silva Júnior, militante em São Paulo desde o final da década de 1970, assim sintetiza, em sua entrevista, as influências que a geração de que fez parte recebeu:

Nós podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas: o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde; e, por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário, um movimento cultural de

intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 1930 e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.¹⁷

Mas o que hoje parece claro para quem olha retrospectivamente para a trajetória do movimento negro contemporâneo na época era desconhecido e precisava ser buscado, pesquisado, descoberto. Como chegar a essas informações? Sem dúvida o diagnóstico que Correia Leite fez para os anos 1950 e 1960 (“A África era bem desconhecida”) perdurava nas décadas seguintes. Vejamos um exemplo. Em 1974 foi criada, no Rio de Janeiro, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), uma das primeiras entidades a se formar no estado nesse período. Entrevistamos seus principais fundadores, Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira. A Amauri Mendes perguntamos: “Quais eram os objetivos da Sinba? Intercâmbio Brasil-África era o quê?” E a resposta foi:

É, intercâmbio Brasil-África. Mas como fazer intercâmbio? Não tinha nada. África para a gente ainda era a África, a gente ainda não conhecia nada. Começamos a conhecer através do Afro-Asiático.¹⁸ Toda essa literatura, essa luta... O passado, a gente só veio a conhecer naquele momento. (...) As entidades diziam que tinham objetivos, mas na verdade o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de evento que pudesse mexer com a sociedade. Primeiro para informar a gente mesmo, aglutinar mais gente. A gente dizia: “Precisamos ter audiência, falar sobre isso.”¹⁹

A importância do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Candido Mendes, fundado no Rio de Janeiro em 1973 por José Maria Nunes Pereira, é enfatizada por vários militantes dessa época. Yedo Ferreira lembrou das primeiras reuniões, aos sábados, nas instalações da Faculdade Candido Mendes de Ipanema:

Como o senhor conheceu o Zé Maria?

Conheci Zé Maria justamente porque fui a uma reunião. Ele falou: “Olha, estão aqui os livros.” E praticamente montou a sala do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que era, na época, na Candido Mendes de Ipanema. A cunhada dele era Beatriz Nascimento – falecida, coitada, foi assassinada –, e ela fazia sociologia na UFF; já estava fazendo

mestrado, me parece.²⁰ E ele, falando com ela, disse: “Vem cá, tem que chamar os negros e tal.” Ela conseguiu entrar em contato com uns negros lá na UFF, que conheciam algumas pessoas daqui do Rio. E eu tomei conhecimento dessa reunião. Na primeira reunião, que foi num sábado, eu me lembro muito bem que havia oito pessoas. (...) Então: “O que nós vamos fazer aqui?” Ele apresentou a biblioteca para ler. Eu, como já tinha me interessado pela conversa com as pessoas, conhecia pelo menos Patrice Lumumba... Com essa oportunidade, eu disse: “Taí, é interessante essa biblioteca, para poder ler.” Porque aí fui saber de algumas coisas que eu não sabia, principalmente sobre África. Tinha ouvido falar sobre Fanon, aquele pessoal todo. Então, a gente passou a se reunir aos sábados regularmente. E daí, então, saiu a discussão para se formar uma instituição negra e tal. Veio a Sinba.²¹

Percebe-se, nesse início dos anos 1970, uma intensa busca por informações, como se os rumos do movimento dependessem desse conteúdo: era preciso conhecer para formar uma massa crítica capaz de sedimentar objetivos e atingir outras pessoas. Tudo era novidade a ser absorvida e transformada em ação política, mesmo sob condições precárias de articulação. É o que fica claro, por exemplo, no relato de Amauri Mendes Pereira sobre a viagem que fez a Salvador com outro fundador da Sinba, Denival Barbosa, em 1975, para conhecer o bloco afro Ilê Aiyê, recém-criado em 1974 no bairro do Curuzu, o mais populoso de Salvador, de maioria negra:

No início de 1975, já havíamos criado a Sinba, fazíamos reuniões. Aí ouvimos a notícia de que tinha surgido na Bahia um bloco afro que ia enfrentar a polícia, que ia fazer e acontecer no carnaval da Bahia. Então nós nos programamos para ir para o carnaval na Bahia. (...) Só que não deu para ir antes. Acabou o carnaval, nós fomos, eu e Denival. Sem dinheiro nenhum, de carona na estrada. Mas nós levamos os documentos da Sinba para mostrar, para conhecer alguém na Bahia que fizesse isso. Não tínhamos referência nenhuma! Eu tinha o livro de capoeira do Valdeloír Rego, que era de uma biblioteca lá no Teatro Castro Alves; a gente ia lá perguntar por ele e, a partir dele, chegar no candomblé e no Ilê Aiyê, era um pouco assim. (...) A gente queria informação, queria bibliografia, queria tudo. A gente dizia: “Nós somos representantes da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.” Perguntavam: “O que é isso?” E a gente respondia: “Criamos uma organização de negros no Rio de Janeiro.” “Mas por que de negros?” Aí a gente tinha todo um discurso, um pouco misturado com África, com Estados Unidos, Luther King, Mal-

colm X e Panteras Negras, um negócio que a gente ia inventando, a gente estava criando uma teoria, e escrevia muito mesmo.

Primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê serviu de modelo para outros que surgiram nos anos 1980, como o Agbara Dudu, no Rio, o Alá Fiá, em São Paulo, e o Akomabu, no Maranhão. No carnaval de 1975, quando saiu pela primeira vez com a música “Que bloco é esse”, causou estranheza e reação da imprensa, que acusou a agremiação de racista.²² Já no segundo ano o tema foi dedicado à África: com o título “Watutsi”, tratava do povo de mesmo nome que se estabeleceu há cerca de quatrocentos anos na região onde hoje estão Ruanda e Burundi. Antônio Carlos dos Santos, o Vovô, fundador do bloco, explicou-nos, em sua entrevista, que a opção pela África foi tomada desde o início e orientou a escolha dos temas de todos os anos:

E nessa época, a gente já ficando rapazinho, também tinha a influência do movimento negro americano. Com toda a dificuldade da ditadura, a gente já tinha acesso, na época... Eram as músicas que chegavam, os discos, essas festas nossas, porque todos nós aqui usávamos cabelo *black*, todo mundo curtia o Brown.²³

Todo mundo curtia o Brown?

É. Todo mundo se vestia à moda do negro americano. Mas só que, quando fundamos o Ilê Aiyê, nós optamos pela África: “Vamos trabalhar com a origem, com a mãe África.” Viemos falar em Estados Unidos – até tem um cartaz desse aí embaixo –, acho que foi em 91 ou 93.²⁴ Na verdade a idéia não era nem essa, a idéia era falar sobre o sonho africano de Marcus Garvey. A idéia era falar que Marcus Garvey queria retornar, comprou aquele navio... Mas aí, na discussão, resolvemos falar da “América negra”, mostramos a evolução do negro americano, da época da escravidão, esse ciclo todo. Mas a nossa busca sempre foi essa relação com a ancestralidade, com a África, com a religião, sempre foi muito mais forte.²⁵

O nome do bloco já reflete essa preocupação: Ilê Aiyê foi escolhido entre cinco nomes em ioruba, e significa, segundo Vovô, “casa grande”, “mundo negro”. Para que a opção pela África fosse cumprida, eram necessárias pesquisas que levassem a informações desconhecidas dos brasileiros e do mundo em geral. A África que se queria mostrar nos desfiles do Ilê Aiyê não era a dos animais, das florestas, da fome. Como explica novamente Vovô:

A gente tinha pouca informação sobre a África. Não sei, acho que tinha uns dois canais mundiais aí que falavam disso, mas pararam: nego, para falar de África, só fala de Tarzan, miséria, Chita, corrupção. Imagina que eu vim a saber o que era a miséria mesmo do *apartheid* em 83, na primeira vez que saí do Brasil, quando fui para Angola. Cheguei em Angola, o país em guerra, e no hotel, conversando, fiz amizade com um soldado, e de noite ia beber com um iugoslavo que também estava hospedado lá. E comecei a pegar os jornais. Você não tinha o que fazer à noite, ficava lá. Até classificado eu lia. Aí você via... Porque aqui saíam de vez em quando umas notinhas sobre o *apartheid*. Aí lá, pegando os jornais de Moçambique, é que eu fui ver. Fiquei até meio assustado quando vi tudo o que acontecia com o *apartheid* na África do Sul. Então você não tinha tanta informação assim. O que nós fizemos foi começar a reescrever a história. (...) Esse ano, o nosso tema – não sei se você já viu, está ali na parede bem grande, na faixa –, são quatro capitais africanas: Abidjan, Abuja, Harare e Dakar.²⁶ São quatro cidades dirigidas por negros, bem-sucedidas, que têm todos os problemas também. (...) Até hoje ninguém mostra uma imagem de cidades bem desenvolvidas em África, cidade moderna. Eu estive em Abidjan em 86, fiquei num hotel cinco estrelas em que eu nunca estive aqui no Brasil. Então o pessoal fica: “Mas na África...” Como quando o presidente Lula esteve lá e fez uma declaração: “Pô, nem parece que é a África.” Mas é a influência de como a África é mostrada.

O tema do carnaval 2007 a que se refere Vovô, “Abidjan – Abuja – Harare – Dakar. Ah! Salvador, se você fosse assim...”, é produto de pesquisa de pessoas como Maria de Lourdes Siqueira, professora da Universidade Federal da Bahia, doutora em antropologia social e etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França, e uma das atuais diretoras do Ilê Aiyê, cujo trabalho vem subsidiando o carnaval do bloco desde os seus primeiros anos de atuação. No Ilê Aiyê, o tema contamina tudo o que é produzido no carnaval do ano, da música aprendida por todos os que participam dos ensaios e saem no bloco à estampa do tecido do abadá. O esforço de conhecer e difundir uma África até então desconhecida e avessa aos estereótipos, entendido como uma forma de “começar a reescrever a história”, na expressão de Vovô, é comum a diversos militantes e entidades do movimento negro e está na base da Lei nº 10.639 de que falamos acima. Essa relação também foi estabelecida por Vovô, em sua entrevista, depois de nos relatar como o conhecimento adquirido pelas pesquisas do Ilê chegou a surpreender interlocutores na África e nos Estados Unidos:

Eu estava vindo de Benin, nós fizemos escala em Abidjan e, quando chegamos lá com tecido, e com tantas informações, eles lá ficaram pirados, sem saber como é que a gente sabia aquela história toda certinha. (...) Essa Regina Casé foi para Moçambique e levou um tecido; quando mostrou lá, os africanos ficaram: “Como é que pode...?”, com as informações tão exatas que a gente conseguiu. Eu fui para os Estados Unidos, acho que foi em 98 ou 2000, a convite da Usia,²⁷ e (...) fui conversar com um cara do centro islâmico lá. (...) Ele é especialista e me mostrou um livro que numa parte fala sobre África. Tem informações sobre Gana, reino do Mali, reino do ouro, império de Mansa Musa...²⁸ Em 83 o Ilê falou sobre isso.²⁹ Aí eu comecei a falar também. Eu tinha informação que o livro não tinha. Aí o cara ficou assim: “De onde vêm essas informações?” E eu: “Rapaz, essas informações eu peguei pesquisando com o tema de carnaval; o tema de carnaval me informou e nós informamos a cidade”. E agora nós começamos a pegar esse material de uns 12, 15 anos atrás, a transformar em caderno de educação e a utilizar nas escolas, mas isso ainda é muito pouco aproveitado. Quando se fala na Lei 10.639, nós já fazemos isso há 30 anos...

A realização de pesquisas, seminários e grupos de estudo, tendo como foco a discussão sobre a questão racial no Brasil e no mundo e a busca de informações sobre a África, era muito comum entre os militantes nas décadas de 1970 e 1980, nas diferentes regiões do país.³⁰ Maria Raimunda (Mundinha) Araújo, uma das principais referências do movimento negro no Maranhão, lembrou, em sua entrevista, de uma das primeiras reuniões do Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, em outubro de 1979, na qual Neiva Moreira, deputado maranhense recém-retornado do exílio e editor da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, falou sobre África: “Todos se pronunciaram e lembraram as lutas de independência de Moçambique, de Angola. Isso era muito recente.”³¹ Antes mesmo da formalização do CCN como entidade, Mundinha Araújo esteve no Rio de Janeiro, em contato com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, e do qual faziam parte alguns dos membros da Sinba. Nesse contato fortaleceu-se a idéia de uma ação política vinculada à pesquisa e ao estudo:

E fui para o IPCN, onde encontrei o Amauri, o Yedo, e o Orlando era o presidente.³² E conversei muito com eles, eles me deram cópia do estatuto, e procuraram me mostrar as dificuldades. Nessa vez no Rio conheci a Lélia Gonzalez também, e já algumas pessoas que eles me apresentaram. E fiquei muito feliz. Para você ver: esse intercâmbio

que vai se prolongar por muitos anos começa logo aí, antes de o CCN estar formalizado. Ainda não tinha nome, não tinha nada. Mas a gente já sabia que queria fazer pesquisa, queria ir para comunidade negra, queria fazer denúncia de racismo, de preconceito, não era uma coisa só.

Essa forma de ação significava, de um lado, explorar conteúdos antes pouco conhecidos, como é o caso da história da África e das lutas de libertação, e, em seguida, ou ao mesmo tempo, transformar esse conhecimento em instrumento de luta capaz de atingir outras pessoas. A capacitação do militante pela via do estudo aparece na entrevista de Gilberto Roque Nunes Leal, militante de Salvador, ao mencionar o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, que se reunia no início dos anos 1970 para discutir e ler “sobre a questão social negra”:

Eram pessoas preocupadas com a questão e que se sentiam na obrigação e na necessidade de se preparar para esse debate na sociedade e para o enfrentamento disso, entendendo que precisavam ter um olhar mais internacionalizado sobre a realidade do negro para se capacitar e acumular conhecimento para fazer a luta local. (...) Nós não tínhamos sede, não tínhamos espaço físico, então nos reuníamos em diversos lugares, até na sede do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, o Icba, por mais incrível que seja. (...) A biblioteca do Icba é uma biblioteca muito rica e aberta ao público; muito rica em livros de concepções filosóficas, políticas, livros sobre a questão de África, sobre a internacionalidade. Então a gente ia para lá para fazer esse estudo e absorver conhecimento.³³

A transformação do conhecimento adquirido em referência para os militantes fica clara no depoimento de Lúcia Xavier, militante desde o início da década de 1980, que lembra a dinâmica das discussões no IPCN:

Então eu acho que o IPCN foi importante nisso. Também foi importante para perceber que não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Na universidade, eu começo a ter, depois, no convívio nessa fase da minha vida, uma formação muito marxista, e também vou encontrar isso no movimento negro, principalmente nesse grupo do IPCN, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amilcar Cabral, Patrice Lumumba... E o Amauri fazia essa releitura sob o ponto de

vista intelectual... O que ele fazia? Pegava os escritos e relia a realidade brasileira, e traduzia as idéias. Não que a gente não tivesse acesso às idéias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos, e ele é muito... Como chama? Eu tenho uma expressão para isso: aquela pessoa que tira as frases de efeito, como a famosa “há muitos perigos na vida”, então ele pegava aquelas frases desses revolucionários e, de repente, você estava no maior caos, e ele: “Porque Amílcar Cabral dizia...!” Então, isso também ia nos ajudando a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica e, ao mesmo tempo, essa África, também mítica, mas aí sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas. (...) Então, a gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o *apartheid*, tinha os contatos, porque o IPCN era um ponto de referência e lá você tinha o contato, tinha informação; mesmo que muito precária, tinha. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação. Então, nos ajudou a ampliar o leque de entendimento: que aquela luta não era só nossa, não era local, do nosso bairro, que o mundo inteiro passava por aquilo. Ao mesmo tempo, as referências americanas, essas referências trazidas do próprio continente africano, as coisas que aconteciam no continente europeu... Então a gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre a maneira de superar o racismo, de enfrentar, e sobre que nação, que mundo a gente queria – se mais à esquerda, se mais à direita...³⁴

As discussões travadas no início de funcionamento do IPCN acabaram dando origem a outra entidade que também tinha como foco estudos que vinculavam Brasil e África, o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), fundado em São Gonçalo (RJ), em 1975. Mariléia Santiago, que ingressou no Ceba no início dos anos 1980, assim reconstituiu a formação da entidade:

As pessoas de Niterói, Magé e São Gonçalo vinham para as reuniões no Rio de Janeiro, onde se estava tratando da fundação do IPCN, e então alguém disse: “Vocês já viram o grande número que está vindo do lado de lá para cá?” Aí eles acharam por bem criar uma entidade do lado de lá, até para facilitar. E fundaram o Ceba, Centro de Estudos Brasil-África.³⁵

Do IPCN também partiu uma iniciativa de difusão dessa África recém-descoberta, levada a cabo por Carlos Alberto Medeiros, um de seus fundadores:

Uma das primeiras atividades que o IPCN fez foi passar um audiovisual que eu produzi, intitulado *Passado africano*, sobre os impérios africanos do Sudão Ocidental. (...) Era interessante porque era essa história: puxar a coisa do passado... Isso foi muito em cima de um material, coisas que recebi dos Estados Unidos: Reino de Gana, Império de Mali e Songhai... E era um negócio que eu passei em muitos lugares. Vinha com a história e puxava... O Paulo Roberto dos Santos chamava minha palestra de “Da melanina ao século XXI”, porque eu vinha desde o surgimento da humanidade, o fato de a humanidade ter surgido na África, dos primeiros seres humanos precisarem da melanina como proteção contra os raios de sol, por causa do grau de insolação daquela região... Como é que as outras chamadas raças aparecem, o processo de síntese da vitamina D... Eu vinha dessa história toda até discutir questões atuais. Então eu usava o audiovisual como um chamariz. Era bem feito, tinha uma música bonita, e funcionou bem durante bastante tempo. (...) Passamos esse audiovisual já em julho de 1975 na cinemateca do MAM.³⁶ (...) Então percebi que isso eu podia fazer sozinho e assim contribuir. Todo tipo de instituição me chamava; eu me lembro de pegar ônibus para fazer uma palestra lá em Acari, em uma escola do lado de um riacho fedorento, do mesmo jeito que ia à PUC³⁷ ou em qualquer lugar.³⁸

Oliveira Silveira lembrou, em Porto Alegre, em sua entrevista, da visita que Carlos Alberto Medeiros e Orlando Fernandes, do IPCN, fizeram ao Grupo Palmares, em 1975, levando o audiovisual:

Em 75, o Carlos Alberto Medeiros e o Orlando Fernandes estiveram aqui e nos procuraram. (...) Acho que vieram ao Rio Grande do Sul e agregaram à viagem essa atividade de nos procurar; trouxeram também um material de audiovisual.

E usaram esse material aqui?

Parece que sim. Não lembro o que a gente pôde fazer, porque a gente tinha muita precariedade. Não sei se pudemos colaborar para a apresentação do audiovisual. Não lembro muito. Ao mesmo tempo, no Rio, estava surgindo a Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Amauri era desse grupo, Beatriz do Nascimento também. Acho que o André Rebouças de Niterói também é dessa época, não é?³⁹ Quer dizer, então as coisas já iam se implantando no país.

Observa-se que os estudos sobre África e a questão racial no Brasil e no mundo, bem como sua difusão, favoreceram o diálogo e a troca de experiências entre militantes e entidades. E para que esse intercâmbio funcionasse, foi fundamental o papel de mediador desempenhado por algumas pessoas, fossem militantes ou não. É o caso de José Maria Nunes Pereira, que abriu sua biblioteca para grupos de estudo em 1973, no CEEA, e lembra esse início em sua entrevista:

A Maria Berriel, professora da Universidade Federal Fluminense, estava fazendo em suas aulas uma pesquisa sobre a questão racial brasileira, sobre um aspecto do racismo brasileiro, e não tinha livros suficientes na biblioteca da UFF. Então ela disse: “Vocês vão ao Afro-Asiático, que lá tem uma boa biblioteca.” E começaram a aparecer, sem eu me aperceber bem, aqueles dois, três, quatro negros. Vou encurtar a história. Ao mesmo tempo, a minha cunhada, Beatriz Nascimento, que é nome histórico do movimento, havia publicado uns artigos na revista *Vozes* e no jornal *Opinião*. (...) Eu disse: “Vem cá, vamos nos reunir aqui aos sábados. Tem os textos de Beatriz e nós podíamos discutir...” E no primeiro sábado eu me lembro que foram umas 13 pessoas. (...) Começava às quatro e ia até as dez. Como era? Tínhamos cinco salas grandes à disposição, e um público médio de 80 pessoas. Distribuíamos os grupos por quatro, cinco salas, e, durante a semana, o grupo afro-brasileiro ia ao Afro-Asiático. Já tínhamos uma secretária, que era minha secretária mas se dedicava a atender o grupinho – uns cinco ou seis – que ia durante a semana, escolhia, datilografava e fazia *xerox* dos textos que iriam motivar as discussões de dinâmicas de grupo aos sábados.⁴⁰

Mundinha Araujo foi outra mediadora importante, no Maranhão:

Eu acabava sendo a única pessoa, naquele momento, que tinha um pouco mais de informação sobre a situação do negro, e tinha livros. Aí eu tirava cópia de capítulos e levava. Perdi também muitos livros, porque às vezes eu emprestava, e não devolviam o livro. Tudo pela causa.

Formada em comunicação social e professora do estado, desde o início dos anos 1980 Mundinha Araujo fazia pesquisas sobre a história da escravidão no Arquivo Público do Maranhão, para o qual se transferiu, a pedido, em 1985. No ano seguinte, foi designada para coordenar, no Maranhão, a pesquisa para o *Guia de fontes para história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*

do Arquivo Nacional, publicado em 1988, e de 1991 a 2003 foi diretora do Arquivo Público.

Outro mediador importante foi Ivair Augusto Alves dos Santos, que viveu em Angola entre 1979 e 1983 trabalhando como consultor da Unesco para o ensino de ciências no Ministério da Educação. Formado em química pela Universidade Federal de São Carlos (SP) em 1974 e militante desde o início da década de 1970, teve uma experiência intensa em Angola e percebeu que poderia continuar atuando como militante mesmo à distância:

Em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, 12 pelo menos. Fui o cara brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas, caí em uma emboscada, todas as confusões, fiquei preso num lugar lá. Em tudo o que você pode imaginar eu metia, pela vontade de conhecer, de sacar. E o que resolvi fazer? Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá, comecei a mandar sistematicamente jornais, revistas e livros para o país inteiro. Mandei milhares.

Para cá, para o Brasil?

Para o Brasil. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Eu ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil.

Com que dinheiro?

Eu ganhava bem, era consultor da Unesco. E mandei tudo o que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê Aiyê, que eu nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos, o Amauri e todos que eu conhecia. Mandei milhares, não foram poucos, foram milhares de livros. Tudo que as pessoas ouviam sobre África eu comecei a desconstruir mandando aquilo: “África não é isso, África é isso, é isso...” Pepetela, então: centenas de Pepetela.⁴¹ Milhares... Você já imaginou, um cara lá em Angola, militante, mandando jornais, revistas? Essa era a minha válvula de escape, porque viver em um país como estrangeiro, sem poder fazer política... (...) Calculo que recebi umas três mil cartas. Porque o drama era saber se os caras recebiam. Tem gente que até hoje se corresponde comigo. Nunca cheguei a falar com pessoas de Pernambuco; mapeei quem era quem e comecei a mandar. De repente o pessoal recebia um pacote de coisas sem saber de onde. Era eu que estava mandando. Então eu me realizava com aquilo, aquilo era a minha realização.⁴²

Hélio Silva Jr. registra, em sua entrevista, o envio desse material. Perguntado sobre quais livros lia quando participava, no final da década de 1970, de uma organização chamada Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos, respondeu:

Na verdade, a gente lia qualquer coisa. Eu me lembro que, em uma época, surgiu no grupo o Ismael, que havia sido colega do Ivair na Universidade Federal de São Carlos. E o Ivair, nessa época, morava em África, de onde ele mandava jornais e livros para algumas pessoas. Eu me lembro que li Amílcar Cabral, textos do Samora Machel, um livro de poemas do Agostinho Neto que eu achei muito... Fiquei perplexo quando vi um médico revolucionário que era um poeta, me parecia incompatível a condição de revolucionário com a de poeta. Há um autor que eu me lembro que a gente discutiu bastante, um psiquiatra que estudou o colonialismo na África: Frantz Fanon.

É interessante observar que a experiência de Ivair dos Santos em Angola funcionou, na verdade, como contra-exemplo daquilo que aqui se procurava como referência africana. O país em plena guerra revolucionária estava bem distante da “mãe África” idealizada pelos militantes:

Depois de uma semana você aprende o que é, logo se dá conta da realidade. Ao viver em um país em guerra, as coisas são outras. São outras as prioridades. A questão lá é de sobrevivência. Aquele discurso que eu tinha não tinha nada a ver com aquela realidade, muito mais dura, muito mais cruel. Eles precisavam de coisas muito concretas. O que eu estava fazendo era poesia diante da realidade dura. Era isso que eu queria mostrar para o pessoal, ou seja: “A África que tem aí não é essa. A África de que nós precisamos é outra. Tem que ter um outro olhar. O marxismo que nós aprendemos? O marxismo que eu estou vivendo aqui é este. O que é revolução? Revolução é isto”. Quem passa por uma revolução como aquela, onde se vê fome, miséria, falta... é dureza. (...) Você não pode falar de negritude se você precisa comprar uma lâmpada. E como é que vai comprar essa lâmpada? Você precisa ter produção. E você fica dependendo da lâmpada, porque se não tiver a lâmpada não vai poder iluminar a sala. Então tem que importar a lâmpada. Como essas relações de importação se dão? Essas coisas você vivencia em uma revolução. Uma pilha tem um valor enorme num período de revolução, enorme. Como é que você vai ligar o seu radinho sem uma

pilha? Então, esses detalhes eram mais importantes para mim. Por exemplo, numa revolução, você entrar em um prédio e o prédio estar limpo é um ato revolucionário, é um ato da comunidade entender. Mas você entra num prédio, não tem luz, todo mundo roubou a lâmpada, aquela sujeira e tal, você vai falar em negritude ali? Essa realidade não devia ser. Então comecei a me confrontar com as lideranças aqui: “África não é isso, essa poesia que você está falando...” É muito mais duro. Não é... você precisa comer, precisa trabalhar e tudo conta: a cadeira onde você senta, o lugar onde está; se está limpo, alguém vai limpar, alguém tem que fazer isso, como é que faz? Então foi duro. A experiência em Angola fazia com que eu visse quem estava no Brasil como ingênuo, achando que aquilo era o essencial e não era. Isso me marcou muito porque comecei a ter uma visão de África muito dura. Não conheci a África rica, então comecei a ser, digamos assim, muito crítico e intolerante com certos discursos em relação à África. Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. (...) Mãe África, essas coisas, me deixavam aborrecido.

Além dos problemas internos, como a produção de lâmpadas e de pilhas, a necessidade premente de apoio externo para a reconstrução do país podia não deixar espaço para a questão racial. É o que sugere a entrevista de José Maria Nunes Pereira, que, após criar o CEAA, viajou à Guiné-Bissau, em 1974 e 1975, articulando formas de cooperação entre os dois países. Foi durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) que o Brasil reconheceu as independências de Guiné-Bissau e Angola, apesar das inclinações à esquerda do PAIGC e do MPLA. A política externa de Geisel, que ficou conhecida como “pragmatismo responsável”, buscava a abertura de novas possibilidades de comércio exterior (na África, na Ásia e em países árabes, por exemplo), mesmo quando não alinhadas à política norte-americana. Perguntado sobre como os novos governos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique viam o movimento negro brasileiro, que, naquele momento, buscava se fortalecer com estudos sobre a África e as lutas de libertação, José Maria respondeu:

O movimento negro era algo assim interessante, mas não convinha muito misturar. E agora vou te dar a frase-chave, que só me veio há pouco à cabeça, do presidente da Guiné-Bissau, o Luiz Cabral: “Zé Maria, você foi muito útil para nós durante a revolução. Mas agora nós não queremos tua utilidade de militante, nós queremos que tu tragas o teu governo para cá. Nós precisamos de tudo, até daquele *gana-*

do... – a expressão saiu em espanhol – aquele *ganado* [gado] mato-grossense que se dá tão bem naquelas rias...” – naquele terreno alagadiço do sul da Guiné.⁴³ Então, nós [africanos] queríamos coisas, não queríamos entrar em litígio com o governo brasileiro.⁴⁴

Algumas vezes, pois, a busca da África pode revelar uma diversidade de interesses antes não imaginada. Outros fatores, para além da “ancestralidade”, eram responsáveis por diferenças – fatores nacionais e mesmo culturais, que evidenciam outras perspectivas e outras formas de ver o mundo. Como observa Iva-ir dos Santos, ao recordar a leitura de um livro⁴⁵ do escritor norte-americano Richard Wright (1908-1960):

A experiência de Angola foi uma experiência dura. Marcante e dura. Conheci muita coisa, viajei muito buscando essa tal de identidade que eu achava que tinha. E aí um livro que me marcou muito foi o do Richard Wright. Ele estava fazendo uma volta à África, e ali ele pensava: “Poxa, esse negro que está aí na frente dirigindo o carro poderia ter sido meu irmão. Mas nós somos pessoas diferentes. Ele tem outras perspectivas, outros pensamentos, outros sonhos. Eu sou americano.” Aí eu dizia: “Poxa, eu sou brasileiro. Tenho uma forte presença portuguesa, tenho uma forte presença...” E aí tive esse choque: “Sou brasileiro. Os brasileiros têm essas e essas expectativas e tal.” Foi muito duro. Você constrói sua vida de um lado e de repente recebe um choque de realidade cotidiana.

Não há dúvida de que a busca de uma África livre dos estereótipos dos animais selvagens e da miséria foi importante para a consolidação dos movimentos negros a partir dos anos 1970, culminando com os objetivos da Lei nº 10.639, de 2003. Trazer informações sobre os reinos de Gana e Mali e sobre as ricas cidades de Abidjan e Harare, por exemplo, para alunos negros e brancos, moradores do bairro do Curuzu, em Salvador, e de Acari, no Rio, estudantes da PUC e habitantes de Porto Alegre, entre outros, foi e é fundamental para fazer frente ao eurocentrismo impregnado nas concepções de mundo das sociedades ocidentais. Mas a “Mãe África” não é unanimemente positiva. De qual África se trata, pois, quando se imagina a instrumentalização do militante e o conteúdo a ser ensinado nas escolas?

Essa pergunta foi feita por Nilma Bentes, fundadora, no início da década de 1980, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), ao ser indagada sobre a Lei nº 10.639:

Ela foi muito boa para nós porque já tínhamos iniciado esse processo, de que falei para você, de criar um espaço dentro da Secretaria de Educação do município de Belém e do estado. Então, quando veio a lei, ela veio reforçar. Se o governador queria acabar com o nosso espaço, ele já... Ela veio reforçar. Embora se saiba que essa lei não é grande coisa, porque ela é meio complicada. Até hoje a gente não sabe de que África vai se falar, já que não existe uma África, existem muitas. E há um turbilhão de livros que estão saindo sobre a África. Um dia desses eu encontrei com o professor Kabengele⁴⁶ e perguntei: “Mas de qual África a gente vai falar?” Porque são muitas Áfricas, não é? São mais de duas mil línguas, pode imaginar...⁴⁷

O “choque de realidade” pelo qual passou Ivair dos Santos em Angola fez com que ele repensasse a busca de identidade no continente africano. Tal como Richard Wright atentou para as diferenças entre africanos e norte-americanos, Ivair dos Santos passou a se perceber, antes de tudo, brasileiro. Talvez pudéssemos dizer que a busca da África, lá vivendo ou não, faz parte de um processo que, ao fim e ao cabo, refina a sensibilidade para a questão racial no Brasil. Ela é necessária porque aprimora o conhecimento dos militantes, mas não permite simplificações e está longe de eliminar a desigualdade racial no Brasil. Continuando sua reflexão sobre a Lei nº 10.639, Nilma Bentes observa que o conhecimento da história, sozinho, não elimina o racismo das relações interpessoais:

Uma coisa é o material pedagógico, os professores; outra coisa é o relacionamento dentro da escola. Acho que esse é o ponto nevrálgico da questão, que os livros não vão trazer. Porque a professora aprende esse negócio, mas lá do lado dela mora um negro que ela discrimina, ou a professora negra se autodesvaloriza e aí, quando tem um aluno negro, ela própria não sabe o que fazer na hora do “pega”. Isso é que é difícil nessa questão da Lei 10.639: ela trata de uma coisa regulamentar, curricular, que é importantíssima, mas não abre espaço para essa coisa, porque só conhecendo a história você não vai eliminar seu racismo do dia-a-dia. Se, no ambiente escolar, a merendeira dá o mingau por último para a criança negra, e dá duas vezes para a branca, ou o professor não interfere quando alguém xinga a criança... Isso é doloroso na nossa experiência de vida. A gente sabe que, pelo menos aqui no Pará, é muito duro. Ninguém aceita que é racista, mas o racismo aqui é forte. Todo mundo que vem de fora sente, principalmente os negros.

Aludindo a conflitos étnicos na Costa do Marfim, que poderiam funcionar como “choque de realidade” em relação a uma África idílica, Vovô do Ilê Aiyê também observa que as comparações com o Brasil não aceitam simplificações:

Abidjan mesmo, com a Costa do Marfim, está tendo conflito. Porque uma coisa que inibe, que mascara, aqui no Brasil é que aqui não tem conflito racial. Então todo mundo acha que aqui é mil maravilhas, que aqui, principalmente na Bahia, é a terra da felicidade, terra do axé, não sei o quê, somos todos irmãos. Basta passar algumas horas aqui para ver a diferença, então.

Entre os significados que a África adquire no movimento negro contemporâneo, cabe registrar uma última recorrência que identificamos no nosso estudo. Trata-se da oposição algumas vezes estabelecida entre as lutas de libertação na África e as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Para simplificar, podemos dizer que as primeiras aparecem como socialistas e revolucionárias, enquanto as segundas muitas vezes são apontadas como vias de consolidação do capitalismo, pois seu resultado seria a criação de uma elite negra. Yedo Ferreira retoma essa oposição a partir das reuniões semanais no CEEA, no Rio de Janeiro, em 1974:

Então, no Afro-Asiático tinha essa reunião que, a rigor, no pensamento do Zé Maria, era para que as pessoas tomassem conhecimento da questão da África. Porque ele achava, e eu também, que a luta dos negros brasileiros era muito semelhante à luta que se fazia na África. Tinha uns outros que achavam que não: “Nossa luta é muito semelhante à luta dos negros norte-americanos”. E nós mostramos que não.

Mas o que era entendido como uma luta e a outra?

Ah, sim! Veja bem: porque, naquele período – na década de 60 para 70 –, existiam as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, e ia acontecer também, na África, a luta pela libertação africana. (...) E qual a diferença existente? A luta pelos direitos civis, evidentemente, é uma luta que se dá dentro da sociedade, para um determinado componente étnico, que é o caso do negro, poder, realmente, ascender ou ser incluído naquela sociedade. A luta de libertação africana, não. A luta de libertação africana é uma luta pela qual se pretende construir uma nação, definir a nação para depois definir a sociedade. Na África não deu para

fazer isso. Em Angola, Moçambique e Guiné Bissau não deu para fazer isso. Nas nossas discussões falávamos que, no Brasil, na verdade, tínhamos que redefinir a nação brasileira para definir, depois, uma outra sociedade. Essa, na verdade, na essência, é a luta do negro no Brasil.

Perguntado sobre o que significava “definir a nação brasileira”, Yedo Ferreira evocou o projeto político da elite brasileira após a proclamação da República, que consistia em “fazer do Brasil uma nação cuja população, cuja base, cujo povo fosse branco, não negro e mestiço conforme éramos”.

Eles, então, incentivaram a vinda de imigrantes europeus, não porque houvesse necessidade de mão-de-obra – o Brasil era agrícola e na agricultura o negro já tinha trabalhado e estava trabalhando. Trouxeram os imigrantes europeus para definir uma sociedade que tivesse, no esforço produtivo, o imigrante. E o negro, evidentemente, foi para o subemprego. (...) Conseqüentemente, o Estado que se montou passou a ser um Estado uniétnico e unicultural, porque de cultura européia, como é o Estado brasileiro. O negro e o indígena ficaram às margens desse projeto de nação da elite. Conseqüentemente, para que o Brasil possa, hoje, superar suas questões sociais graves, ele tem que redefinir essa nação, que não é uma nação de povo branco, mas uma nação cuja população é pluriétnica e multicultural, e fazer com que o Estado seja pluriétnico e multicultural. Temos que definir, então, que tipo de sociedade poderá fazer com que essa grande massa da população possa estar incorporada, com emprego, que é o caso, porque ela está à margem do esforço produtivo.

Redefinida a nação, a idéia de mudar a sociedade é reconhecida como especialmente difícil: “Na África não deu para fazer isso”, como citado acima. Segundo Yedo Ferreira, as lutas de libertação conseguiram definir a nação, mas não cumpriram a segunda etapa da mudança:

São duas etapas: uma é definir a nação, que é o que os movimentos de libertação africanos fizeram, e os asiáticos também; agora, mudar a sociedade era outra coisa, eles não conseguiram mudar a sociedade. Nem o Gandhi conseguiu! Gandhi conseguiu somente definir a nação, mas não conseguiu mudar a sociedade indiana. Nem Agostinho Neto, nem Amílcar Cabral, ninguém conseguiu passar para essa outra fase.⁴⁸ Em Moçambique, Samora Machel procurou fazer imediatamente, e você viu que regrediu agora.⁴⁹

Perguntamos finalmente por que o modelo americano não servia.

Porque lá o negro é minoria. Nos Estados Unidos, com o negro sendo minoria, ele tem que ser, realmente, incorporado à sociedade. Lá, se justifica a integração social, porque ele é minoria. No Brasil, onde negros e mestiços são maioria, isso não se justifica... Se integrar como? Onde? Os negros e mestiços, que são maioria, vão se integrar à sociedade branca, que é minoria? Nos Estados Unidos é diferente: a maioria da sociedade é branca, então o negro tem que se integrar à sociedade branca. No Brasil, não. O Brasil é semelhante à África do Sul.

Embora houvesse diferentes percepções entre os militantes – de um lado, os que se sentiam mais próximos do movimento negro americano e, de outro, os que viam nas lutas de libertação na África seus principais referenciais para a militância, como resume Hédio Silva no trecho citado no início deste artigo –, ambos os conjuntos de referências foram fundamentais para a construção do movimento negro contemporâneo no Brasil. O Vovô, do Ilê Aiyê, que na fundação de sua organização optou pela África, é o mesmo que “curtia o Brown”, e os militantes da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, a Sinba, são os mesmos que exibiam orgulhosos os cabelos *black power*, vivenciando cotidianamente a importância das mensagens vindas dos negros norte-americanos, como o “*black is beautiful*”, por exemplo.

No Rio de Janeiro, a própria Sinba, a partir do final da década de 1970, passou a funcionar dentro do IPCN, cuja direção estava nas mãos dos militantes mais próximos aos “americanos”, como Carlos Alberto Medeiros, que produziu o audiovisual intitulado *Passado africano*, citado anteriormente. Esses exemplos evidenciam, mesmo com todas as divergências, a existência de diálogo entre os grupos.

O conhecimento do passado africano e dos acontecimentos recentes envolvendo populações negras espalhadas pelo mundo teve uma função importante no processo de construção e consolidação da identidade negra do militante. De um lado, importava buscar uma África livre de estereótipos, um passado que fosse motivo de orgulho para militantes, crianças e jovens negros. Por exemplo, os antigos impérios e as modernas cidades, como o avesso da pobreza e do atraso. Para o militante, importava também fortalecer sua luta com referências do que acontecia no resto do mundo, tornando possíveis articulações internacionais.⁵⁰ O debate e a socialização dos novos conhecimentos, tanto no interior das entidades como entre elas, foram fundamentais para a formação de uma massa crítica

capaz de expandir a causa do movimento para diferentes setores da sociedade, o que culminou com a Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino desse conteúdo nas escolas do país. Mas esse movimento, como se viu, não foi linear e unívoco. Como disse Nilma Bentes, existem muitas Áfricas. A “descoberta da África” a que fizemos referência neste texto abarca tanto a busca da “África mítica”, na expressão de Lúcia Xavier, da qual fazem parte, por exemplo, a oralidade e a religiosidade africanas, muitas vezes identificadas como características positivas, quanto o reconhecimento de que, em determinados momentos e lugares, os pensamentos e as perspectivas podem ser bastante diversos das necessidades do movimento.

Notas

1. Sobre o processo de tramitação dessa lei no Congresso Nacional, ver Alberti e Pereira (2006).

2. O dia 21 de março, escolhido para a criação da Seppir, foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas como “Dia internacional pela eliminação da discriminação racial”, para lembrar o massacre de Shaperville, distrito negro de Johannesburgo, na África do Sul, ocorrido em 21 de março de 1960. Na ocasião, o Exército sul-africano atirou sobre uma multidão de 20 mil negros que protestavam pacificamente contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação especificando os locais por onde podiam circular. O saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos.

3. Ver Santos (1985), Guimarães (2000) e Pereira (2005). Sobre as conexões entre Brasil e África do ponto de vista de militantes negros entre 1920 e 1980, ver Alberto (2005).

4. Em seu primeiro ano de vigência, a pesquisa contou com o apoio do South-South Exchange Programme for

Research on the History of Development (Sephis), e, em janeiro de 2004, passou a integrar o projeto “Direitos e cidadania”, aprovado pelo Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O acervo já totaliza 36 entrevistas, com cerca de 95 horas de gravação, com lideranças de diferentes estados do país: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará, além de Brasília. Alguns resultados da pesquisa estão em seis artigos de nossa autoria elaborados até o momento: “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado em São Luís, na Universidade Federal do Maranhão, de 6 a 10 de setembro de 2004; “Movimento negro e ‘democracia racial’ no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado na Terceira Conferência Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial

(The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora – Aswad), realizada de 5 a 7 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro; “Discriminação racial no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado no 14º Congresso Internacional de História Oral, realizado em Sydney, Austrália, de 12 a 16 de julho de 2006; “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”, Estudos Históricos (Rio de Janeiro, CPDOC, n. 37, janeiro-junho de 2006, p. 143-166); “O movimento negro contemporâneo”, em Projeto Esquerdas no Brasil, coletânea coordenada por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 – no prelo); “Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”, trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado na Universidade do Estado da Bahia, em Salvador, de 13 a 16 de setembro de 2006, e no III Seminário Pronex “Direitos e cidadania”, realizado no CPDOC de 27 a 29 de novembro de 2006 (no prelo). Os três primeiros textos estão disponíveis em www.cpdoc.fgv.br.

5. O jornal circulou de 1924 a 1932, inicialmente com o nome de *O Clarim* e, posteriormente, *O Clarim d'Alvorada*. Ele denunciava a discriminação racial no emprego, na moradia, na educação e nos locais de lazer.

6. José Correia Leite, nascido em São Paulo em 1900, foi também um dos fundadores, em 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), organização com ramificações em vários estados do país e que foi transformada em partido político em 1936. Contudo, desligou-se da FNB ainda no momento da aprovação do estatuto da entidade, por divergir de sua inclinação ideológica, e fundou então o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro

Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954, quando já tinha 60 anos, fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e em 1960 participou da fundação da revista *Niger*. Ver Leite (1992) e Nascimento (2003: 245).

7. Marcus Garvey (1887-1940) fundou a Universal Negro Improvement Association e a African Communities League. Estabelecendo-se nos Estados Unidos, chegou a fundar uma companhia de navegação em 1919, a Black Star Line Steamship Corporation, para promover o transporte dos afro-descendentes para a África. A empresa, contudo, foi processada por irregularidades, e Garvey foi deportado para a Jamaica. Em 1935 fixou-se em Londres, onde faleceu.

8. Ver Barbosa (1998: 46). Francisco Lucrécio, nascido em Campinas em 1909, foi diretor da FNB de 1934 a 1937.

9. O próprio José Correia Leite era acusado de importar problemas dos Estados Unidos por publicar os textos sobre o movimento pan-africanista de Marcus Garvey (ver Leite, 1992: 77-78). Sobre a acusação de importação de modelos norte-americanos ou africanos, ver Alberti e Araujo (2007).

10. O jornal era publicado no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 e 1950.

11. Abdias do Nascimento, nascido em 1914 em Franca (SP), fundou o Teatro Experimental do Negro em 1944 e foi um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro – encontro realizado por dois anos, 1945 e 1946, no Rio e em São Paulo –, que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos em decorrência do endurecimento do governo militar, no poder desde abril de 1964, e foi professor em diversas

universidades norte-americanas. Participou da fundação do MNU, em 1978, e criou, em 1981, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No exílio, tornou-se amigo de Leonel Brizola, com quem fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio de 1980. Fundou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999. Durante o segundo governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro (1991-1995), ocupou a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Seafro) e, durante o governo de Anthony Garotinho (1999-2003), foi secretário de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro. Ver verbete “Abdias do Nascimento” em *DHBB*.

12. Ver Leite (1992: 167). A Associação Cultural do Negro foi criada em 1954, em resposta ao fato de nenhum negro ter sido indicado como importante para a formação da cidade de São Paulo durante as comemorações do quarto centenário da cidade, mas só começou a funcionar em 1956.

13. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado em 1956, quando foi publicado seu primeiro manifesto.

14. Em Angola, a luta pela independência começou no início dos anos 1960, com a participação de três organizações divergentes: o MPLA, de orientação marxista e pró-soviético; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), anti-comunista, apoiada pelos Estados Unidos e pela República Democrática do Congo; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), inicialmente de orientação maoísta, e, depois, anti-comunista, apoiada pelo regime

sul-africano do *apartheid*. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou a independência, e seu líder Agostinho Neto tornou-se presidente da República Popular de Angola, que adotou o regime socialista. Em Guiné-Bissau, a luta pela libertação começou em 1956, com a fundação do Partido para a Independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral (1924-1973). O braço armado do partido desencadeou a guerra pela libertação em 1961 contra as tropas coloniais portuguesas, proclamando a independência do país em 26 de setembro de 1973. Em 10 de setembro de 1974, o governo português entregou oficialmente o poder ao PAIGC.

15. Entrevista gravada em Brasília, em 2/7/2005. Djenal Nobre Cruz é militante do movimento negro em Sergipe desde o final da década de 1970. Além de fundador da União dos Negros de Aracaju, foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) no Sergipe. Na época da entrevista era o coordenador de execução de políticas de promoção de igualdade racial da prefeitura de Aracaju, função que exercia desde 2003.

16. Entrevista gravada em Porto Alegre, em 1º/12/2006. Poeta, escritor e militante do movimento negro desde o início da década de 1970, Oliveira Silveira é conhecido em todo o Brasil como o proponente, ainda em 1971, do dia 20 de novembro como dia a ser comemorado pela população negra, em substituição ao 13 de maio. Acatando a sugestão do Grupo Palmares, em 1978 o MNU declarou o dia 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra. Oliveira foi também um dos fundadores do grupo Razão Negra, da revista *Tiçã* e da Associação Negra de Cultura, da qual faz parte até os dias de hoje. Foi professor de língua portuguesa na rede estadual do Rio Grande do Sul a partir da década de 1970. À época da entrevista integrava,

desde 2004, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) da Seppir.

17. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 21/7/2004. Hélio Silva Júnior foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006.

18. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) foi fundado em 1973, no Rio de Janeiro, nas dependências da então Faculdade Candido Mendes. Sua criação se deu em uma conjuntura de aproximação entre Brasil e África (principalmente a portuguesa), o que favoreceu a orientação de seus estudos para questões como o colonialismo, o *apartheid* e a descolonização.

19. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 31/10/2003. Além de fundador da Sinba em 1974, Amauri Mendes participou da criação do MNU, em 1978, em São Paulo. Integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio, em dois momentos: no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Uerj, à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

20. Maria Beatriz do Nascimento (1941-1995), historiadora e professora formada pela UFF, participou do processo de fundação do CEAA e lecionou no Instituto Superior de

Estudos Brasileiros e Internacionais da Uerj. Foi roteirista e narradora do documentário *Ori: o processo da cultura afro-brasileira*. Morreu assassinada na cidade do Rio de Janeiro ao tentar defender uma mulher. Ver Lopes (2004), www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104_02X2002000100013&script=sci_arttext&ting=pt e www.sec.rj.gov.br/atabaque_virtual/candences.html, acesso em 23/8/2005.

21. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 30/10/2003. Yedo Ferreira foi fundador da Sinba, do IPCN e do MNU na década de 1970. Foi militante comunista até a década de 1960, quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e Telégrafos e acabou se afastando da militância comunista devido à perseguição do regime militar. Por sua experiência como militante de esquerda antes do golpe de 1964, teve grande importância na fundação e na estruturação de entidades do movimento negro na década de 1970. À época da entrevista integrava o MNU no Rio de Janeiro.

22. “Bloco racista, nota destoante” foi a manchete da matéria do jornal *A Tarde* de 12 de fevereiro de 1975 que criticou o desfile do Ilê Aiyê. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 23/1/2007.

23. O cantor James Brown, ícone da música negra americana, tornou-se símbolo do movimento *soul*, que, durante a década de 1970, mobilizava milhares de jovens nas periferias urbanas brasileiras, com músicas como *Say it loud, I'm black and I'm proud* (“Diga em voz alta, sou negro e tenho orgulho”).

24. O tema de 1993 recebeu o título “América negra – o sonho africano”. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 23/1/2007.

25. Entrevista gravada em Salvador, em 16/9/2006. Além de fundador do Ilê Aiyê, que dirige até hoje, “Vovô” foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial

para Valorização da População Negra, em Brasília, entre 1995 e 1998.

26. Abidjan é a maior cidade da Costa do Marfim, com mais de quatro milhões de habitantes; Abuja é a capital da Nigéria, com 2,5 milhões de habitantes; Harare é a capital do Zimbábue, com 1,6 milhão de habitantes, e Dacar, ou Dakar, é a capital do Senegal, com 2,6 milhões de habitantes.

27. Usia: United States Information Agency, organismo voltado para relações internacionais, que existiu entre 1953 e 1999, quando foi incorporado ao Departamento de Estado. Ver <http://dosfan.lib.uic.edu/usia/>, acesso em 23/1/2007.

28. Mansa Musa foi um lendário imperador do império islâmico do Mali, um dos maiores impérios do mundo no século XIV, entre 1312 e 1337. Ver <http://www.sbmj.org.br/Historia-americas.htm>, acesso em 28/1/2007.

29. O tema de 1983 recebeu o título “Ghana-Ashanti”. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 23/1/2007.

30. Sobre essa e outras formas de atuação dos militantes nos anos 1970 e 1980, ver Alberti e Araújo (2005).

31. Entrevista gravada em São Luís, em 14/3/2005. Fundadora do CCN, Mundinha Araújo foi a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984.

32. Orlando Fernandes, sargento do Exército cassado após o golpe militar de 1964, foi presidente do IPCN entre 1979 e 1980.

33. Entrevista gravada em Salvador, em 16/9/2006. Além de participar do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, Gilberto Roque Nunes Leal integrou o grupo Malê Cultura e Arte, também da década de 1970. Participou da institucionalização

do MNU na Bahia, mas rompeu com a entidade ainda no final de 1979. Em 1984 fundou a Niger Okan, entidade que dirigia à época da entrevista. Participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), em São Paulo, e da construção da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), ambos em 1991.

34. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 5/12/2003. Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 Lúcia Xavier fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupava, à época da entrevista, a função de secretária executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997.

35. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 27/2/2004. Mariléia Santiago participou da reestruturação do Ceba, em São Gonçalo, na década de 1980, e foi fundadora e ex-presidente do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (Cenierj), a partir do qual organizou vários encontros de entidades negras do interior do estado. Em 1999 assumiu o cargo de coordenadora de Escolas Diferenciadas da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde, ainda à época da entrevista, era responsável pelas escolas de comunidades remanescentes de quilombos, de aldeias indígenas e de presídios.

36. MAM: Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro.

37. PUC: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

38. Entrevista gravada em 15/4/2004. Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sinba e do IPCN, em 1974 e 1975, respectivamente. Foi chefe de

gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), entre 1995 e 1996, e subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. Jornalista formado pela UFRJ, é mestre em sociologia e direito pela UFF.

39. Grupo de Trabalho André Rebouças, fundado na UFF, em Niterói, também em 1975.

40. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 27/12/2006. José Maria Nunes Pereira nasceu no Maranhão em 1937. Em 1947 foi estudar em Portugal, onde mais tarde, durante parte do curso de medicina que fez nas universidades de Coimbra e do Porto, conheceu e conviveu com muitos africanos na Casa dos Estudantes do Império. Casou-se com uma angolana em 1962, ano em que retornou ao Brasil. Na década de 1960 foi militante do MPLA e do PAIGC no Brasil, e em 1973 fundou, na Universidade Candido Mendes, o CEAA. É doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

41. Pepetela: pseudônimo do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nascido em 1941.

42. Entrevista gravada em São Luís, em 25/2/2005. De volta ao país, Ivair Augusto Alves dos Santos participou da criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, o primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Assessor, desde 1995, da

Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (que mudou de nome algumas vezes), foi o representante desse ministério no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) de 1995 a 1996. À época da entrevista era secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República. É mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

43. “Rias” é o nome que se dá aos antigos leitos dos rios no litoral da Guiné, que são invadidos pelo mar.

44. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 28/12/2006.

45. Trata-se possivelmente de *Black power: a record of reactions in a land of pathos*, publicado em 1954.

46. O antropólogo Kabengele Munanga é professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

47. Entrevista gravada em Belém, em 19/9/2006. Fundadora do Cedenpa, Raimunda Nilma de Melo Bentes é uma das principais referências do movimento negro na região norte do país. Como agrônoma, fez parte do quadro técnico do Banco da Amazônia durante 26 anos, onde fazia análise de projetos rurais.

48. A oposição ao governo de Agostinho Neto, liderada pela UNITA, manteve uma guerra civil contínua em Angola após a independência, em 1975. Mesmo assim, apesar das disputas entre grupos étnicos e políticos por regiões petrolíferas e por poder – o que dificultou a consolidação de um Estado nacional –, José Eduardo Santos, sucessor de Agostinho Neto, tem se mantido na presidência desde 1979. Em Guiné-Bissau, instituiu-se um regime político de orientação marxista, vigente até 1990, quando, com a decadência da União Soviética, teve início a transição

para a democracia e para o pluripartidarismo. Ainda assim, o presidente João Bernardo Vieira, do PAIGC, no poder desde 1980, conseguiu se manter no cargo, assim como boa parte do partido na Assembléia Nacional. Uma revolta armada em 1998, no entanto, provocou uma guerra civil e a deposição do presidente. No início dos anos 2000, a democracia voltou a se estabelecer, mas a economia não se restabeleceu completamente.

49. Em Moçambique, a luta contra a metrópole portuguesa começou ainda nos anos 1920; em 1962, Eduardo Mondlane fundou a Frelimo, principal grupo de luta pela independência do país. Apesar da retirada das tropas portuguesas em 1974, somente em 25 de junho de 1975 o Comitê Geral da Frelimo proclamou a independência de Moçambique e sua constituição em República Popular, de orientação socialista, com Samora Machel (líder da Frelimo desde a morte de Mondlane, em 1969) no cargo de presidente. A estrutura de mercado foi desmantelada, mas o governo da Frelimo

não conseguiu implantar o modelo socialista. A situação se agravou com a guerrilha da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), grupo anticomunista apoiado pela África do Sul e criado em 1976. Em 1986, com a morte de Machel, a propriedade privada da terra foi reintroduzida e, a partir de 1990, a Frelimo abandonou o sistema coletivista e reinstalou a economia de mercado, legalizou partidos políticos e negociou a paz com a Renamo. Para dinamizar a economia e combater a miséria generalizada, o governo moçambicano vem tentando, desde 1997, efetuar reformas econômicas através de acordos e apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

50. Essa “internacionalização do movimento” culminou, por exemplo, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001, quando o Brasil compareceu com cerca de seiscentos delegados, a maior delegação estrangeira.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). 2001. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30 – DHBB*. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo. 2005. “Movimento negro e ‘democracia racial’ no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”. Trabalho apresentado na Terceira Conferência

Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora – Aswad), realizada no Rio de Janeiro, de 5 a 7 de outubro de 2005. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br.

———. 2006. “Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros,

- realizado na Universidade do Estado da Bahia, em Salvador, de 13 a 16 de setembro de 2006, e no III Seminário Pronex “Direitos e cidadania”, realizado no CPDOC de 27 a 29 de novembro de 2006.
- . 2007. “O movimento negro contemporâneo”, em REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (org.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ALBERTO, Paulina Laura. 2005. *Black activism and the cultural conditions for citizenship in a multi-racial Brazil, 1920-1982*. A Dissertation in History Presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy.
- BARBOSA, Márcio. 1998. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. 2000. “Apresentação”, em GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. & HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- LEITE, José Correia. 1992. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos Cuti. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
- LOPES, Ney. 2004. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo, Selo Negro.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. 2003. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo, Summus.
- Quilombo. 2003. Edição facsimilar. São Paulo, Editora 34.
- PEREIRA, Amauri Mendes. 2005. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro, Comissão de Combate à Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Gráfica da Alerj.
- SANTOS, Joel Rufino dos. 1985. “O movimento negro e a crise brasileira”. *Política e Administração*, ed. especial: Movimentos sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Escola de Serviço Público, vol. 2, jul.-set. p. 285-308.

Resumo

Conhecer a história da África e as experiências das diferentes sociedades que habitam o continente africano sempre foi considerado importante para a formação e a atuação de organizações e lideranças do chamado movimento negro contemporâneo no Brasil. De um lado, tratava-se de ampliar o conhecimento sobre suas origens e, de outro, de instrumentalizar-se com esse conhecimento para atingir outros setores da população, negros e não negros. Neste artigo procuramos acompanhar como a África aparece no movimento negro e como o conhecimento sobre ela foi e é utilizado por seus militantes.

Palavras-chave: movimento negro, história da África, história oral.

Abstract

To know the history of Africa and the experiences of different societies living in the African continent has always been considered important by organizations and leaders of the so-called contemporary black movement in Brazil. Their intention was both to increase the knowledge about their origins and use this knowledge to reach other sectors of the population, afro-descendent or not. In this article we try to follow how Africa appears in the black movement and how the knowledge about this continent has been used, and is used today, by its militants.

Key words: black movement, African history, oral history.

Résumé

Connaître l'histoire de l'Afrique et les expériences des différentes sociétés qui habitent le continent africain a toujours été considéré important pour la formation et l'action des organisations et des leaders du mouvement noir contemporain au Brésil. D'un côté, ils voulaient augmenter leur connaissance sur leur origine; de l'autre, ils voulaient utiliser cette connaissance pour atteindre d'autres secteurs de la population, noirs et non noirs. Dans cet article nous essayons de voir comment l'Afrique apparaît-elle dans le mouvement noir et comment la connaissance sur ce continent a été utilisée, et l'est encore, par ses militants.

Mots-clés: mouvement noir, histoire de l'Afrique, histoire orale.